

JCA SERVIÇOS - CONSULTORIA E SERV ESPECIAIS LTDA
CNPJ: 09.537.017/0001-57

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021

e em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo</u>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	343.325	134.575
Contas a receber	4		
. Clientes locais		1.488.325	1.488.325
		1.488.325	1.488.325
Outros créditos a receber		47.017	-
Impostos a recuperar	5	60.070	220.251
Total do Circulante		1.938.737	1.843.150
Não circulante			
Imobilizado		1.618	8.738
Total do Não Circulante		1.618	8.738
Total do Ativo		1.940.355	1.851.889

JCA SERVIÇOS - CONSULTORIA E SERV ESPECIAIS LTDA
CNPJ: 09.537.017/0001-57

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021
e em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Passivo e Patrimônio líquido</u>			
Circulante			
Fornecedores a pagar			
. Fornecedores nacionais		570	570
		570	570
Impostos a recolher, exceto CSLL e IRPJ	7	101.536	91.527
Imposto de renda e contribuição social	6	279.360	145.825
Total do Circulante		381.466	237.922
Empréstimos		-	1.200.000
Provisão IRPJ e CS - diferidos		113.812	113.812
Outras Provisões		38.181	38.181
Total do Não Circulante		151.993	1.351.993
Patrimônio líquido			
Capital		10.700	10.700
Quotas em Tesouraria		(100)	(100)
Reserva de Lucros		1.396.296	251.374
Total do Patrimônio Líquido		1.406.896	261.974
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.940.355	1.851.889

JCA SERVIÇOS - CONSULTORIA E SERV ESPECIAIS LTDA
CNPJ: 09.537.017/0001-57

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021

e em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Operacional Líquida		8.981.631	5.691.043
Lucro bruto		8.981.631	5.691.043
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas		(217.837)	(245.096)
Total (despesas) receitas operacionais		(217.837)	(245.096)
Lucro operacional, exceto resultado financeiro		8.763.794	5.445.947
Resultado financeiro líquido (despesa) receita financeira		10.392	62.447
Lucro antes dos impostos			5.508.394
Despesas de imposto de renda (IRPJ) de contribuição social sobre o lucro (CSLL)			
Impostos de renda e contribuição social correntes		(1.038.382)	(558.765))
Impostos de renda e contribuição social diferidos		-	(113.812)
Lucro Líquido do Exercício		7.735.804	4.835.817

JCA SERVIÇOS - CONSULTORIA E SERV ESPECIAIS LTDA

CNPJ: 09.537.017/0001-57

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findos em 31 de dezembro de 2021

e em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em reais)

	Capital social	Quotas em Tesouraria	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.700	(100)	1.920.356	-	1.930.956
Lucros Distribuídos			(6.504.800)		(6.504.800)
Lucro do Exercício Corrente			-	4.835.817	4.835.817
Lucros Distribuídos					
Transferência para retenção de lucros			4.835.817	(9.633.309)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.700	(100)	251.373	-	261.973
Lucros Distribuídos					
Lucro do Exercício Corrente			-	7.735.804	7.735.804
Lucros Distribuídos			(6.590.881)		(6.590.881)
Transferência para retenção de lucros			7.735.804	(7.735.804)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.700	(100)	1.396.296	-	1.406.896

JCA SERVIÇOS - CONSULTORIA E SERV ESPECIAIS LTDA**CNPJ 09.537.017/0001-57****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	7.735.804	4.835.817
Depreciação	7.120	12.428
Lucro líquido do exercício ajustado	7.742.924	4.848.245
Variação nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução dos ativos:		
Clientes e operações a receber	-	(606.750)
Outros créditos	(47.017)	
Impostos e contribuições a recuperar	160.181	(218.638)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores		87
Impostos a recolher	143.543	61.996
Impostos diferidos		113.812
Empréstimos	(1.200.000)	1.200.000
Outros passivos		38.181
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.799.631	5.436.933
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Lucros pagos	(6.590.881)	(6.504.800)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(6.590.881)	(6.604.800)
(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	208.750	(1.067.867)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	134.574	1.202.441
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	343.324	134.574
(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	208.750	(1.067.867)

1. Contexto operacional

A Sociedade foi constituída em 16 de abril de 2008 e tem como objetivo a prestação de serviços de consultoria, assessoria e gestão empresarial nas seguintes áreas: econômico-financeira, administrativa, serviços especiais para desempenho profissional, desenvolvimento de projetos e planejamentos estratégicos de negócios, intermediação e gestão de negócios, contábil, transportes e logística, recursos humanos, controles, e outras atividades empresariais afins; podendo participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Empresa em 31 de maio de 2022.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

2.3. Contas a receber

As contas a receber estão registradas pelos valores efetivamente faturados e estão apresentadas a valores de realização. Quando necessária, a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em histórico no relacionamento com os clientes e considerada suficiente para a expectativa de perdas na realização de créditos.

2.4. Investimentos

Os investimentos, quando existentes, são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme determina o CPC18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

2.5. Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada de acordo com as taxas informadas na nota explicativa N°5.

2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. Empréstimos e financiamentos a pagar

Os empréstimos e financiamentos a pagar, quando existente, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os custos captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração de resultados durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.8. Impostos

Durante os anos de 2021 e 2020 a Empresa calculou o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro com base no método do lucro presumido. Nesta metodologia, a base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social é determinada mediante ao percentual pré-determinado por Lei, no qual sobre receitas de atividades de prestação de serviços aplica-se a alíquota de 32% para IRPJ e 32% para CSLL. Sobre esta base de cálculo e demais receitas operacionais incide a alíquota de 15% de Imposto de Renda, acrescida de 10% de adicional de Imposto de Renda sobre

a base de cálculo superior a R\$ 60.000 e alíquota de 9% para a Contribuição Social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos como tal, respectivamente.

2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10. Provisões passivas

Geral-Provisões são reconhecidas, se aplicável, quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Empresa questiona a constitucionalidade dos tributos.

2.11. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Empresa a partir de 01 de janeiro de 2018.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros.
Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto:

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- **Valor justo por meio do resultado:** quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- **Custo amortizado:** passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Empresa classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do *hedge accounting*, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

A Empresa, em 31 de dezembro de 2021, não tinha derivativos e conseqüentemente *hedge accounting*.

2.12. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.13. Lucro por quotas

É calculado com base na quantidade de quotas em circulação do capital integralizado na data do balanço.

2.15. Novas normas e interpretações contábeis

Adotados pela Empresa a partir de 1º de janeiro de 2020:

(i) IFRS 16/CPC 06 (R2)/IFRS16- Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC 06 (R1)/IAS 17).

- **Requerimento:** a nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamentos a pagar. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento;
- **Impacto nas demonstrações contábeis:** aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis.

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019 e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos.

A Empresa não possui operações que se enquadram nessa norma contábil internacional.

(ii) Interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

- **Requerimento:** a Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, tampouco inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos;
- **Impacto nas demonstrações financeiras:** a Administração da Empresa avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações contábeis.

(iii) Novas normas ainda não vigentes

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir.

A Empresa pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 - Contratos de Seguros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos/ Aplicações financeiras (CDB) remuneração CDI	343.324	134.575
	343.324	134.575

Os saldos de caixa referem-se a numerários que foram depositados em conta bancária no início do ano subsequente. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber

De clientes:	31/12/2020	31/12/2020
SIT Macaé S/A	1.488.325	1.488.325
Total a receber	1.488.325	1.488.325

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando aplicável, para contas vencidas há mais de 90 dias. Adicionalmente, para determinados casos, a Empresa executa análises para a avaliação do risco de recebimento.

5. Imobilizado

	(%)Taxa de depreciação anual	31/12/2021	31/12/2020
Moveis e Utensílios	10%	1.618	8.738
		1.618	8.738

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Empresa avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Empresa.

6. Impostos a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
ISS s/Receitas	98.795	89.503
Impostos Retidos	2.741	2.024
	101.536	91.527

7. Passivo de IRPJ e de CSLL corrente

Saldo do exercício findo em 31/12/2019	143.297
Provisionamento	558.765
Pagamentos de impostos	(556.237)

Saldo do exercício findo em 31/12/2020	145.825
Provisionamento	1.038.382
Pagamentos de impostos	(904.847)
Saldo do exercício findo em 31/12/2021	279.380

8. Capital social subscrito e integralizado

Compõem-se como segue:

Nome dos sócios quotistas	Número de quotas 2021	Número de quotas 2020	31/12/2021	31/12/2020
			R\$	R\$
COSA Participações Ltda	5.000	5.000	5.000,00	5.000,00
HATAR Participações Ltda	5.000	5.000	5.000,00	5.000,00
Minoritários	700	700	700,00	700,00
	10.700	10.700	10.700,00	10.700,00

O valor da quota em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$ 1,00 (um real).

9. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Assistência Médica	109.267	115.431
Serviços de consultorias	72.012	95.087
Depreciações	7.120	12.428
Despesas Tributárias	18.103	14.129
Outras	11.335	8.021
TOTAL	217.837	245.096

10. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		

Receitas de aplicação financeira	2008	62.509
Juros ativos	8.395	-
Total das receitas financeiras	10.403	357.730
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	11	537
Total das despesas financeiras	11	537
Resultado Financeiro Líquido	10.392	357.193

11. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Empresa restringem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar nacionais, empréstimos bancários, em condições normais de mercado, estando reconhecido nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A Empresa adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(iii) Risco de crédito

A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

Risco de liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

(iv) Risco com taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

Contas a receber e contas a pagar

Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

12. Novo Coronavírus (Covid-19)

Por conta da Covid-19 e suas variantes, as atividades da Sociedade continuam sendo afetadas, porém, vale ressaltar que com um impacto menor quando comportada com o ano de 2020. A administração da Sociedade permanece monitorando os efeitos do novo

coronavírus e com a continuidade da imunização da população contra o COVID-19 vem apostando nas expectativas de melhoras nos resultados para o ano de 2022, até a sua normalidade.

Diversas medidas que inclui protocolos de combate a disseminação do COVID-19 nas suas instalações, as quais inclui aos atendimentos a seus colaboradores, clientes e fornecedores têm sido implantadas com afinco.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão em 31 de maio de 2022.

Gustavo Nader Damiao Rodrigues

Diretor Presidente

CPF: 032.261.947-55

Paulo Roberto Perdigao de Araujo

Contador

CRC-RJ 066.894/O-1

CPF: 401.430.077-34